

Multiletramentos e hipertextualidade: desafios das estruturas de poder que perpetuam desigualdades raciais e linguísticas

Multiliteracies and hypertextuality: challenges posed by power structures that perpetuate racial and linguistic inequalities

Multiliteracias y la hipertextualidad: retos de las estructuras de poder que perpetúan las desigualdades raciales y lingüísticas

Makosa Tomás David

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos – UFSCA.
<https://orcid.org/0009-0004-0659-971X>; E-mail: davidmakosa929@gmail.com

Maristela Midlej Veloso

Doutora em Educação, docente da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB
<https://orcid.org/0000-0002-6386-1583>; E-mail: marimidlej@gmail.com

RESUMO

Sendo de natureza teórico-exploratória, o texto investiga como as estruturas de poder inerentes aos ambientes digitais perpetuam desigualdades raciais, culturais e linguísticas, apesar de seu potencial democratizante. Partindo de uma revisão crítica de literatura e de análise discursiva dos mecanismos das plataformas, discursiva mostram que algoritmos e designs reproduzem exclusão, privilegiam conteúdos hegemônicos e silenciam vozes marginalizadas por meio do colonialismo digital e do racismo algorítmico. Dialogamos com fundamentos teóricos dos Estudos dos Multiletramentos (New London Group, 1996; Cope e Kalantzis, 2000) e da Cibercultura (Lévy, 1999) para contrapor a essas dinâmicas os potenciais disruptivos da hipertextualidade e dos multiletramentos, concluímos que estes conceitos, quando mobilizados por um letramento digital crítico (Kellner & Share, 2019), podem fomentar uma cultura participativa politizada (Jenkins, 2006), capacitando comunidades subalternizadas a criarem contra-narrativas e redes alternativas de conhecimento.

Palavras-chave: Multiletramentos; Hipertextualidade; Racismo Algorítmico; Colonialismo Digital.

ABSTRACT

As a theoretical-exploratory study, this paper investigates how the power structures inherent in digital environments perpetuate racial, cultural, and linguistic inequalities, despite their democratizing potential. Based on a critical literature review and a discursive analysis of platform mechanisms, the text demonstrates that algorithms and designs reproduce exclusion, privilege hegemonic content, and silence marginalized voices through digital colonialism and algorithmic racism. We engage with theoretical foundations from Multiliteracies Studies (New London Group, 1996; Cope and Kalantzis, 2000) and Cyberculture (Lévy, 1999) to counter these dynamics with the disruptive potentials of hypertextuality and multiliteracies; we conclude that these concepts, when mobilized by critical digital literacy (Kellner & Share, 2019), can foster a politicized participatory culture (Jenkins, 2006), empowering subalternized communities to create counter-narratives and alternative knowledge networks.

KEYWORDS: Multiliteracies; Hypertextuality; Algorithmic Racism; Digital Colonialism.

RESUMEN

De carácter teórico-exploratorio, el texto investiga cómo las estructuras de poder inherentes a los entornos digitales perpetúan las desigualdades raciales, culturales y lingüísticas, a pesar de su potencial

democratizador. A partir de una revisión crítica de la literatura y de un análisis discursivo de los mecanismos de las plataformas, se muestra que los algoritmos y los diseños reproducen la exclusión, privilegian los contenidos hegemónicos y silencian las voces marginadas a través del colonialismo digital y el racismo algorítmico. Dialogamos con los fundamentos teóricos de los Estudios de Multialfabetización (New London Group, 1996; Cope y Kalantzis, 2000) y de la Cibercultura (Lévy, 1999) para contraponer a estas dinámicas los potenciales disruptivos de la hipertextualidad y las multiliteracias, llegamos a la conclusión de que estos conceptos, cuando son movilizados por una alfabetización digital crítica (Kellner & Share, 2019), pueden fomentar una cultura participativa politizada (Jenkins, 2006), capacitando a las comunidades subalternizadas para crear contranarrativas y redes alternativas de conocimiento.

PALABRAS CLAVE: Multialfabetización; Hipertextualidad; Racismo algorítmico; Colonialismo digital.

INTRODUÇÃO

A Cibercultura tem provocado transformações profundas e multifacetadas na maneira como nos comunicamos, aprendemos e interagimos, reconfigurando não somente as práticas sociais, mas também as estruturas de poder que as sustentam. Nesse cenário, emergem conceitos como os multiletramentos e a hipertextualidade, que desafiam os modelos ditos tradicionais de letramentos e revelam as complexidades inerentes ao ambiente digital.

Cope e Kalantzis (2000) afirmavam que seria importante a expansão do conceito de letramento para poder incorporar a diversidade cultural e linguística, bem como as novas formas de comunicação mediadas pelas tecnologias digitais. Do mesmo jeito, que tinha que haver a descentralização e colaboração da hipertextualidade, a criação da inteligência coletiva, que podia permitir a construção de conhecimentos de forma não-linear e coletiva (Lévy, 1999).

Mas, uma técnica não é determinadamente boa e nem má, “isto depende dos contextos, dos usos e dos pontos de vista, tampouco neutra (já que é condicionante e restritiva, pois de um lado abre e de outro, fecha o espectro de possibilidades)” (Lévy, 1999). Dessa forma, as tecnologias podem tanto democratizar o acesso à informação quanto reforçar desigualdades preexistentes, isso ocorre porque o ambiente digital é moldado por estruturas de poder (Warschauer, 2003; Van Dijk, 2006) que perpetuam desigualdades raciais, culturais e linguísticas.

Por exemplo, a predominância de idiomas como o inglês, francês, espanhol e a centralidade de culturas ocidentais nas plataformas digitais não são um acidente, mas sim ferramentas deste processo de subjugação digital que criam barreiras para a

participação plena das culturas marginalizadas. Essa dinâmica evidencia o que Faustino e Lippold (2023) denominam de colonialismo digital, uma continuação do projeto colonial por meio da tecnologia que extrapolam a mera reprodução de lógicas de exclusão manifestada no imperialismo de dados, a extração e controle de dados de nações periféricas por grandes corporações tech sediadas no Vale do Silício¹, e na plataformização da vida, que impõe modelos únicos de interação, comunicação e economia que desconsideram e apagam saberes, línguas e práticas culturais locais.

Nesse sentido, os multiletramentos e a hipertextualidade emergem como respostas possíveis a essas desigualdades, oferecendo recursos que podem democratizar o acesso ao conhecimento e à expressão. Street (2003), em seu trabalho sobre letramentos sociais, enfatiza que práticas de letramentos são sempre situadas e influenciadas por contextos culturais e políticos. Assim, as linguagens emergentes nas interfaces dos ambientes digitais têm o potencial de empoderar grupos historicamente oprimidos. O desafio está em garantir que esses recursos sejam acessíveis e utilizados de forma crítica, de modo a não reproduzir as mesmas hierarquias que se pretendem combater.

A problemática central deste artigo gira em torno das desigualdades raciais, culturais e linguísticas perpetuadas no ambiente digital, especialmente devido à falta de acesso equitativo às tecnologias e aos letramentos digitais.

Este artigo busca explorar como os multiletramentos e a hipertextualidade podem ser utilizados para desafiar essas desigualdades, propondo uma reflexão crítica sobre a dinâmica de poder presente no espaço digital. Em particular, destacar como a construção do saber e o acesso à informação são frequentemente moldados por contextos de exclusão que afetam, especialmente, populações historicamente minoritárias. Ao dialogar com Jenkins (2006), que discute a cultura participativa na era digital, este trabalho pretende contribuir para um entendimento mais profundo das possibilidades e dos limites das tecnologias digitais na promoção da equidade e da justiça social.

¹ Isso se refere a empresas de tecnologia (como Google, Apple e Facebook) que têm suas sedes ou operações principais na região do Vale do Silício, na Califórnia, EUA. Essa área é um grande polo de inovação e empreendedorismo focado em tecnologia, recebendo esse nome pela abundância de empresas de semicondutores (que usam silício) que se instalaram lá.

Multiletramentos - a evolução do conceito de letramento

Historicamente, o conceito de letramento esteve intimamente relacionado à habilidade de decodificar e produzir palavras escritas, uma habilidade fundamental para a comunicação e para o acesso ao conhecimento na sociedade ocidental moderna. Essa concepção linear e restrita de letramento, que tem suas raízes no processo de alfabetização, era suficiente para as necessidades do contexto educacional e social do século XIX e início do século XX (Freire, 1968; Soares, 1998).

No entanto, à medida que a sociedade foi se tornando mais complexa e as tecnologias de informação e comunicação evoluíram, o conceito de letramento precisou ser repensado para acomodar as novas realidades dos emissores e receptores de mensagens provenientes da Web 2.0 que mudou o fluxo de comunicação, acabando com a cisão produtores/leitores, possibilitando que (em tese), todos sejam produtores de cultura e conhecimento, exercendo simultaneamente o que Rojo (2013) denomina de *lautor*.

Com a expansão da mídia digital, tornou-se premente uma redefinição do letramento. O New London Group (1996), coalizão de pesquisadores da qual faziam parte Cope e Kalantzis, cunhou o termo multiletramentos (*pedagogy of multiliteracies*) precisamente para responder a duas grandes mudanças: a multiplicidade de canais e mídias (a multimodalidade, cf. Kress, 2003) e a crescente diversidade cultural e linguística das sociedades globalizadas.

Mas, no contexto brasileiro, Rojo (2013) e Kleiman (2016) são importantes divulgadoras e elaboradoras desta perspectiva no Brasil, aplicando-a ao contexto educacional local.

Com o aumento das mídias e a crescente complexidade dos textos nos meios de comunicação brasileira, estudiosos como Rojo (2013) e Kleiman (2016) propuseram uma redefinição do letramento, de forma a abraçar a influência do New London Group, introduziram o conceito de multiletramentos como um termo que reflete a necessidade de adaptação às novas formas de comunicação e às diversas linguagens que circulam na sociedade atual.

Não podemos olhar os multiletramentos como algo que simplesmente se limita à

leitura e escrita de textos verbais, especialmente as mediadas pelas tecnologias digitais, porém em algo que abrangem a compreensão e produção de uma ampla variedade de modos semióticos (formas de significado), incluindo imagens, vídeos, sons, gestos, símbolos, e, mais recentemente, a interação com interfaces digitais, como aponta Kress (2003).

Esse conceito nos convida a refletir sobre a diversidade de mídias e modalidades de expressão que surgem em um contexto de crescente convergência digital (Group, 1996). Em vez de um único tipo de letramento, a proposta dos multiletramentos enfatiza que, para ser plenamente funcional e ativo na sociedade contemporânea, o indivíduo deve conseguir compreender e produzir textos que englobam diferentes formas de expressão.

Olhando essa transição para a cultura digital, é possível conseguir notar uma revolução na maneira como as pessoas se comunicam, aprendem e compartilham informações. No ambiente digital, as práticas de leitura e escrita não são mais limitadas a textos lineares e impressos. Ao contrário, os sujeitos interagem com textos multimodais, navegam entre dois tipos principais de linguagens, a hipermídia e a transmídia, ambas constituídas por todos os tipos de signos: textos e símbolos, imagens dos mais diversos tipos, gráficos, sons puros ou sons ambientes e trilhas, audiovisual de variadas naturezas (Santaella, 2022, p. 236).

Plataformas como redes sociais, blogs, sites interativos, vídeos e podcasts exigem um letramento digital que vá além da simples leitura de textos, que inclua a compreensão da interação entre diversos tipos de mídia. Kress (2003) afirma que esse fenômeno, conhecido como multimodalidade, se refere ao uso simultâneo de diferentes modos semióticos para criar significados.

Os desafios e desigualdades no desenvolvimento dos multiletramentos na era digital

O conceito de multiletramentos, nesse sentido, torna-se essencial para compreender como os indivíduos constroem conhecimento na sociedade digital contemporânea. Por exemplo, em uma sociedade onde a informação é rapidamente transmitida e consumida em formatos diversos, a capacidade de interpretar e interagir com diferentes modos de expressão tornou-se crucial. Além disso, a ascensão dos algoritmos, que determinam o que aparece em nossas telas, e a interatividade nas plataformas sociais

reforçam ainda mais a necessidade de competências mais amplas e dinâmicas do que o simples letramento tradicional (Van Dijk, 2006; Livingstone, 2009).

Embora os multiletramentos sejam fundamentais para a inclusão e a participação plena na sociedade digital, é importante ressaltar mais uma vez que o acesso a essas práticas não é distribuído de forma igualitária. O contexto socioeconômico, a localização geográfica e a desigualdade educacional afetam diretamente a capacidade de diferentes grupos de desenvolver as habilidades necessárias para lidar com textos multimodais (Warschauer, 2003; Jenkins, 2006).

Nota-se que as pessoas que vivem em regiões periféricas ou em países com acesso limitado à infraestrutura digital podem enfrentar barreiras significativas no desenvolvimento dos multiletramentos. Para esses grupos, a exclusão digital se traduz não somente na falta de acesso à informação, mas também em uma impossibilidade de participar ativamente das discussões públicas, de produzir conteúdo e de exercer cidadania plena no ambiente digital.

Existem dois aspectos importantes que não podemos deixar de fora, primeiro, é a desigualdade existente na educação. A educação em muitos países não acompanha a velocidade das mudanças tecnológicas (Cuban, 2001; Selwyn, 2004; 2011). Muitas escolas não têm acesso a recursos digitais adequados ou não incluem o ensino de competências digitais e multimodais em seus currículos. Isso coloca os alunos de escolas públicas em desvantagem, já que esses estudantes têm menor acesso a uma educação que prepare adequadamente para as exigências do mundo digital.

Analisando o ensino para o desenvolvimento dos multiletramentos, a partir das ideias de Edméa Santos (2019), constata-se que exige saberes docentes que auxiliem os professores para a compreensão das diferentes formas de comunicação e os desafios para a aprendizagem que surgem no contexto da cibercultura. Os educadores precisam estar preparados para ensinar não somente a leitura e a escrita tradicionais, mas também a análise crítica de mídias digitais e a produção de conteúdos multimodais. Quando essa formação não é acessível a todos os professores, a lacuna digital tende a se ampliar, resultando em uma exclusão social ainda mais profunda.

Segundo, é a questão da diversidade cultural e linguística. Na sociedade digital, muitas vezes, as linguagens dominantes, como o inglês, francês, espanhol e as culturas

ocidentais, são as mais visíveis e predominantes (Pennycook, 2007; Blommaert, 2010). Isso cria um ambiente onde as expressões culturais e linguísticas de certos povos sejam negligenciadas ou desvalorizadas, pois assim, as outras formas de comunicação não hegemônicas são marginalizadas em plataformas digitais que priorizam um modelo de comunicação globalizado e homogêneo.

Hipertextualidade como movimento contínuo no espaço digital

A hipertextualidade (Lévy, 1997) emerge de uma mudança significativa na forma como a informação é estruturada e consumida no ambiente digital. Ela é uma característica essencial da navegação digital, onde textos e conteúdos não estão dispostos de maneira linear, mas se conectam reciprocamente por meio de links, formando redes dinâmicas de informação. Essa estrutura interligada e não sequencial redefine a maneira como interagimos com o saber e a produção de conhecimento.

Ao contrário dos textos impressos, onde a leitura segue uma ordem fixa e progressiva, os textos digitais são marcados por sua não linearidade. Em vez de uma estrutura rígida, os textos digitais são compostos por fragmentos de informação que se conectam por links, permitindo que o usuário transite de um ponto a outro em qualquer direção (Boulder, 2001). Nelson (1981) afirma que essa característica, conhecida como hipertexto, reflete uma mudança profunda na maneira como entendemos e nos relacionamos com o conhecimento.

Essa estrutura hipertextual cria um ambiente de leitura e produção de conteúdo que é dinâmico e contínuo. O usuário, ao interagir com os links e navegar pelas páginas, constrói seu próprio caminho informativo selecionando os conteúdos com base em seus interesses, necessidades ou curiosidades (Landow, 2006). Esse processo personalizável é, sem dúvida, uma das grandes inovações do ambiente digital, por oferecer ao usuário maior controle sobre sua experiência de aprendizado e interação com o conhecimento.

No entanto, essa liberdade de navegação também implica um novo tipo de relação com a informação. Ao invés de simplesmente consumir conteúdos pré-definidos de forma passiva, o usuário consegue explorar, descobrir e até mesmo criar novos caminhos de conhecimento. Bolter (2001) e Lévy (1998) afirmam que, ao mesmo tempo que essas plataformas digitais possibilitam esse fluxo contínuo de informações, também desafiam a

ideia de um saber fechado ou definitivo, propondo uma visão do conhecimento como algo aberto, mutável e sempre em processo.

Contudo, é imperativo tencionar a promessa libertadora da hipertextualidade com a realidade da curadoria algorítmica invisível. Se, por um lado, a estrutura em rede permite trajetórias não-lineares e potencialmente descentralizadoras (Lévy, 1999), por outro, os algoritmos de plataformas (Noble, 2021) atuam como mecanismos de controle, hierarquizando e restringindo o espectro de possibilidades. Assim, a liberdade hipertextual é constantemente mediada e constrangida por lógicas de poder. Nesse contexto, é crucial reconhecer que esses algoritmos institucionalizam um racismo algorítmico (Benjamin, 2021) que prioriza, recomenda e visibiliza conteúdos alinhados a visões de mundo hegemônicas, ocidentais e brancas, enquanto silenciam narrativas periféricas.

Embora a estrutura hipertextual proporcione uma liberdade de navegação sem precedentes, como já dito, ela não é neutra. A dinâmica de acesso e visibilidade das informações está intimamente ligada ao poder, e é aqui que os algoritmos desempenham um papel central, pois a maneira como as informações são organizadas e priorizadas nos motores de busca e nas redes sociais, por exemplo, não é aleatória, mas determinada por algoritmos que têm o poder de selecionar e destacar determinados conteúdos enquanto relega outros a um segundo plano.

Essa distorção não é fruto do acaso, mas sim de um processo de curadoria algorítmica. Os motores de busca frequentemente associam termos como África a resultados que reforçam uma visão estereotipada e homogênea do continente, priorizando conteúdos sobre safáris, pobreza ou conflitos, em detrimento de narrativas sobre inovação tecnológica, diversidade cultural ou economia local, assim como apontam os estudos como os de Noble (2021). O problema não é a acomodação do usuário, mas sim a arquitetura da plataforma ao priorizar o engajamento, o algoritmo frequentemente oferece ao usuário europeu ou americano o que é popular ou clicável sobre a África, raramente desafiando esses vieses, o que cria um ciclo de retroalimentação da ignorância (Pariser, 2011).

Esses algoritmos, que operam de acordo com princípios de relevância e popularidade, tendem a priorizar conteúdos *mainstream*² e amplamente consumidos, com

² Anglicismo que significa “corrente dominante” ou “convencional”.

base em uma série de critérios como número de visualizações, compartilhamentos e curtidas. Ao fazer isso, eles criam uma estrutura de poder invisível que decide quais informações são mais visíveis e, portanto, mais acessíveis para o usuário médio (Pariser, 2011; Noble, 2021). Nesse contexto, os conteúdos que se alinham com padrões, culturas e comportamentais dominantes são frequentemente mais promovidos, enquanto as outras culturas correm o risco de serem silenciadas.

O potencial transformador da hipertextualidade e sua ação crítica do espaço digital

Apesar das limitações impostas pela estrutura algorítmica e pela dinâmica de visibilidade, a hipertextualidade oferece um enorme potencial para desafiar e transformar essas estruturas de poder. A interconexão de conteúdos digitais pode ser usada de maneira criativa para democratizar o acesso à informação.

Ao criar redes de links e conexões entre diferentes tipos de conteúdos, os usuários podem, por exemplo, acessar informações que não seriam facilmente encontradas por meio dos canais tradicionais de comunicação (Bush, 1945; Lévy, 1998). Essa forma vai permitir que vários povos criem e compartilhem suas próprias histórias, redefinindo o que é considerado relevante na sua web.

Essa produção de contra-narrativas dialoga diretamente com o conceito de cultura participativa de Jenkins (2006), no qual os fãs e comunidades marginalizadas se apropriam de conteúdos midiáticos para criarem novos significados. No contexto deste artigo, observa-se uma cultura participativa radicalmente politizada, em que a apropriação tecnológica não se restringe a enredos ficcionais, mas avança para a reivindicação das próprias ferramentas da cibercultura. Através dessa apropriação, reescrevem-se narrativas históricas e sociais silenciadas, contestando ativamente as estruturas de poder que as plataformas digitais frequentemente reproduzem.

Para além da competência técnica, este letramento, tal como definido por Kellner e Share (2019), é entendido como uma prática educativa necessariamente política. Autores como Orlando e Ferreira (2013) complementam essa visão ao defenderem que o letramento digital crítico torna os usuários conscientes da manipulação algorítmica, permitindo-lhes navegar pela internet de maneira mais reflexiva (Kellner & Share, 2019), questionando as informações que encontram e criando suas próprias redes de

conhecimento que escapem das bolhas informacionais impostas pelos algoritmos (Pariser, 2011).

Para que a hipertextualidade realmente cumpra seu potencial de democratizar o conhecimento e desafiar as estruturas de poder existentes, é necessário a visibilidade de culturas e ideologias de outros povos de modo a esses povos podem questionar e desestabilizar as narrativas dominantes, criando alternativas e reconfigurando as representações culturais. Ao promover conteúdos que falam sobre as histórias e suas vivências, elas exigem uma maior visibilidade e representação. Isso pode incluir a criação de conteúdo em várias línguas, que ressoe com uma diversidade de expressões culturais, como o resgate das línguas indígenas e a valorização da cultura africana.

Mas o ambiente digital também carrega os mesmos vícios de desigualdade racial que existem na sociedade em geral. O racismo estrutural (Almeida, 2019) no espaço digital se manifesta, em grande parte, através dos algoritmos que governam as interações online, como os de busca e recomendação de conteúdo. Estes algoritmos frequentemente reproduzem estereótipos raciais e promovem narrativas distorcidas sobre povos africanos, indígenas e outros povos ditos não-brancos.

Os algoritmos que operam nas redes sociais e motores de busca têm sido alvo de críticas por reproduzirem (Noble, 2021; Silva, 2022), de forma inadvertida, preconceitos e estereótipos raciais. Um exemplo disso é a maneira como os algoritmos priorizam ou deixam de priorizar certos tipos de conteúdos com base em parâmetros como popularidade, engajamento e relevância. Isso resulta na marginalização dos povos sub-representados (Spivak, 2010; Benjamin, 2021). Além disso, quando as buscas online são feitas em torno de questões relacionadas a raças, indígena ou África, muitas vezes os resultados são filtrados para priorizar uma narrativa eurocêntrica, predominantemente branca, deixando de lado a real perspectiva culturais.

O potencial dos multiletramentos e da hipertextualidade para superar desigualdades

Embora as plataformas digitais, de fato, apresentem desafios significativos em termos de desigualdades, elas também representam uma poderosa ferramenta para transformação social e cultural. O uso de multiletramentos e a exploração da hipertextualidade podem se configurar como meios eficazes para superar as desigualdades

presentes no ambiente digital. Autores como Rojo (2013) e Cope e Kalantzis (2000) destacam que o domínio dessas práticas é essencial para a construção de um futuro tecnológico democrático.

Ao oferecer oportunidades para reescrever narrativas e reivindicar espaço nas plataformas digitais, esses recursos podem fortalecer povos historicamente oprimidos e contribuir para a construção de um futuro que pense nos acontecimentos verdadeiros das suas histórias.

A prática dos multiletramentos pode ser, particularmente, transformadora para aqueles que pertencem a povos ditos marginalizados. O multiletramento, no contexto digital, significa ter o poder de acessar, compreender e criar diferentes tipos de conteúdos multimodais, permitindo que os indivíduos se engajem de forma mais efetiva nas redes sociais, plataformas de mídia e em outras formas de comunicação digital.

Além disso, a produção de conteúdo multimodal permite que essas comunidades expressem suas identidades e culturas de maneira mais complexa e autêntica. Em vez de depender de narrativas externas, que frequentemente distorcem ou simplificam suas realidades, elas podem contar suas perspectivas únicas. Autores como Jenkins (2006) e Couldry (2010) discutem como essas práticas culturais emergentes reconfiguram o cenário midiático, desafiando a hegemonia das narrativas dominantes e promovendo a diversidade cultural.

O domínio dos multiletramentos também envolve a criação de novas formas de expressão que ultrapassam as convenções tradicionais de comunicação. Esses espaços alternativos podem funcionar como um contra-poder, desafiando a hegemonia das narrativas dominantes e promovendo diversas culturas. Numa visão ampla, os multiletramentos e a hipertextualidade representam poderosos recursos para a superação de desigualdades no ambiente digital. Ao permitir que povos inferiorizados acessem, criem e compartilhem conteúdos multimodais, essas práticas promovem a autenticidade histórica.

Mas como, na prática, os multiletramentos podem capacitar comunidades subalternizadas? Para além do debate teórico, é possível elencar ações concretas que materializam esse potencial transformador:

1. Criação de plataformas alternativas: Comunidades indígenas podem utilizar

ferramentas de código aberto para criar suas próprias redes sociais ou aplicativos, onde o modo semiótico dominante não é o texto escrito em português, mas sim o audiovisual em língua nativa, o que Kress (2003) chamaria de uma nova gramática de design social.

2. Curadoria coletiva de informação: Projetos de data activism (ativismo de dados) podem ensinar jovens de periferias a usar a hipertextualidade para criar wikis locais, documentando a história do seu bairro e construindo uma rede de conhecimento que contrapõe a narrativa hegemônica da mídia tradicional.

3. Letramento crítico como política pública: A proposta de um letramento digital crítico (Kellner & Share, 2019) precisa se traduzir em currículos escolares que ensinem os alunos a 'desmontar' um anúncio publicitário ou um resultado de busca, identificando os interesses econômicos e os vieses algorítmicos por trás deles.

Autores como Rojo (2013), Kress (2003) e Jenkins (2006) destacam que, em um mundo cada vez mais digitalizado, o domínio dessas habilidades é essencial para a construção de uma sociedade que procura transformação e demonstração cultural. Assim, as plataformas digitais, quando utilizadas de forma crítica e criativa, podem se tornar espaços de transformação social, onde povos historicamente silenciados encontram ressonância e poder.

DO NÃO-GLOBALIZADO PARA GLOBALIZAR - A IMPOSIÇÃO DE PADRÕES CULTURAIS E LINGUÍSTICOS A PARTIR DA PERSPECTIVA IMAGINÁRIA DE GLOBALIZAÇÃO

É importante olharmos que o espaço digital traz muitos desafios para as culturas não-ocidentais. A desigualdade cultural presente nesse espaço representa um conjunto de instrumentos (conteúdos) que estão alinhados com as ideologias de padrões culturais globalizados.

Esse fenômeno de ocidentalização impõe visões e pensamentos, a partir de conteúdos das plataformas digitais, que fogem totalmente da realidade cultural onde está sendo consumido. Trazendo assim perspectivas que julgam as outras culturais, levando ao apagamento de culturas locais e até a sua marginalização. Partimos da ideia de que não se pode globalizar as visões culturais ou impor elas como forma de pautar o imaginário de

superioridade e inferioridade, como aponta Fanon (2008).

A cultura de cada lugar não pode ser alterada, ela é assim, pois foi construída partindo da visão e experiência daquele lugar e não do pensamento único à consciência universal ou perspectiva globalizada. Santos (2001) aponta que essa globalização é o centro do desenvolvimento de internacionalização do modelo capitalista. Adverte o autor que “de fato, para a grande maioria da humanidade, a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades” (Santos, 2001, p. 10). Ele ainda afirma que:

A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização (Santos, 2001, p. 10).

As grandes plataformas de conteúdo, como YouTube, Instagram, TikTok e outras, frequentemente priorizam produções que atendem ao gosto não-globalizado para globalizar, mas sempre baseados em padrões de consumo da cultura ocidental. A invisibilidade de culturas e línguas não-hegemônicas é outro exemplo da globalização.

As plataformas digitais, em sua arquitetura e lógica de mercado, tendem a favorecer conteúdos em línguas hegemônicas, como o inglês. Isso ocorre por uma combinação de fatores técnicos e econômicos. Primeiro, os dados de treinamento dos grandes modelos de linguagem e algoritmos de recomendação são majoritariamente em inglês, o que torna a moderação, busca e categorização de conteúdo em línguas como o quimbundo ou o guarani menos precisa e mais onerosa (Blommaert, 2010). Segundo, a lógica do capitalismo de vigilância prioriza mercados consumidores com maior poder aquisitivo, concentrando esforços de desenvolvimento de interfaces e suporte em línguas que atendam a esses mercados (Faustino & Lippold, 2023). Isso resulta em um fenômeno onde falantes de línguas não-hegemônicas encontram barreiras não apenas linguísticas, mas também técnicas para acessar e produzir conteúdo em sua própria língua.

Ao promover conteúdos em inglês e com base em padrões culturais globais, essas plataformas podem fazer com que tradições culturais locais e regionais sejam menos acessíveis e visíveis, criando um efeito de homogeneização (Hall, 1997; Said, 2007). A prevalência de conteúdos globais, com pouca consideração das outras culturais, gera desvalorização e desrespeito às tradições locais.

Embora as plataformas digitais possam ter uma tendência de homogeneizar a

produção cultural, elas também oferecem uma oportunidade única para que movimentos culturais emergentes desafiem as normas dominantes. Povos colocados no imaginário da zona do não-ser (Nascimento, 2023) podem usar essas tecnologias para promover suas próprias culturas e tradições, criando espaços alternativos e celebrando suas identidades. As redes sociais, por outro lado, têm sido fundamentais para expressões de resistência cultural que buscam resgatar e valorizar a cultura local.

No entanto, isso exige um esforço consciente para garantir que essas culturas tenham acesso e visibilidade nas plataformas. A luta por um espaço digital verdadeiramente justo envolve, portanto, a resistência ativa das culturas inferiorizadas. Outro ponto notável é que no ambiente digital a língua desempenha um papel crucial na acessibilidade, mas a língua dominante é o inglês e outras línguas ocidentais.

Abordando particularmente a predominância do inglês nas plataformas digitais, desde sites de pesquisa até redes sociais e fóruns de discussão, cria um campo de comunicação desigual (Phillipson, 2002). Falantes de outras línguas muitas vezes se vêem à margem dessa conversa global, pois as informações e os conteúdos internacionais são frequentemente produzidos e compartilhados em inglês. Isso acentua a exclusão digital de populações que não dominam a língua, dificultando seu acesso à informação, à educação e às oportunidades econômicas que surgem no ambiente online (Crystal, 2005; Pennycook, 2007).

Olhando isso, as línguas não-ocidentais são muitas vezes desvalorizadas ou ignoradas nas plataformas digitais. Assim como as línguas locais de países africanos ou do povo indígena, que representam as culturas originais, são frequentemente excluídos ou não fazem parte do conteúdo mainstream online. Isso reforça a ideia de que somente as línguas ocidentais e globalmente reconhecidas como línguas (David, 2023) têm valor ou legitimidade no espaço digital. Essa exclusão linguística reflete um desrespeito pelas essas culturas.

O ambiente digital, por sua natureza interconectada e globalizada, tem o potencial de ser um campo de democratização do conhecimento, da troca cultural e da expressão linguística. Como em outras esferas da sociedade, as plataformas digitais estão longe de serem espaços neutros (Castells, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente digital, embora ofereça oportunidades significativas de empoderamento e democratização do conhecimento, ainda é um espaço marcado por profundas desigualdades raciais, culturais e linguísticas. Essas desigualdades são perpetuadas por estruturas de poder que privilegiam conteúdos hegemônicos, marginalizando culturas e vozes não-hegemônicas através de mecanismos de racismo algorítmico e de um projeto contínuo de colonialismo digital. No entanto, os conceitos de multiletramentos e hipertextualidade emergem como ferramentas potentes para desafiar essas dinâmicas de exclusão.

Os multiletramentos, ao expandirem o conceito tradicional de letramento para incluir a compreensão e produção de textos multimodais, permitem que indivíduos e comunidades marginalizadas expressem suas identidades e culturas de forma mais autêntica e complexa. Esta prática, alinhada com uma cultura participativa politizada (Jenkins, 2006), não só promove a inclusão digital, mas também desafia as narrativas dominantes, oferecendo uma plataforma para que histórias e saberes locais sejam valorizados e compartilhados.

Por sua vez, a hipertextualidade, com sua estrutura não-linear e interconectada, oferece um caminho para a democratização do acesso à informação. Ao permitir que os usuários criem suas próprias trajetórias de conhecimento, a hipertextualidade possibilita a construção de redes alternativas de informação, que escapam das lógicas algorítmicas que tendem a privilegiar conteúdos mainstream. Essa liberdade de navegação e criação de conteúdo pode ser especialmente transformadora para grupos historicamente silenciados, que podem utilizar essas ferramentas para reivindicar visibilidade e representação.

No entanto, para que o potencial transformador dos multiletramentos e da hipertextualidade seja plenamente realizado, é essencial promover um letramento digital crítico (Kellner & Share, 2019). Os usuários precisam estar cientes das manipulações algorítmicas e das estruturas de poder que moldam o ambiente digital, de modo a navegar reflexivamente e questionar as informações que consomem. Além disso, é fundamental garantir que as ferramentas digitais sejam acessíveis a todos, superando as barreiras socioeconômicas e educacionais que ainda excluem grande parte da população. Este

estudo, de natureza teórico-crítica, evidenciou que a superação do imperialismo de dados e da plataformização exige não somente acesso técnico, mas, sobretudo, uma apropriação crítica e consciente das ferramentas da cibercultura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BENJAMIN, Ruha. **Raça Após a Tecnologia: Abolição de Ferramentas para o Novo Jim Code**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2021

BLOMMAERT, Jan. **The Sociolinguistics of Globalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BOLTER, Jay David. **Writing Space: Computers, Hypertext, and the Remediation of Print**. 2nd ed. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 2001

BUSH, Vannevar. **Como Podemos Pensar**. Tradução de Rafael Evangelista. 1945.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

COPE, Bill; KALANTZIS, Mary. **Multiliteracies: Literacy Learning and the Design of Social Futures**. London: Routledge, 2000.

COULDRY, Nick. **Why voice matters: Culture and politics after neoliberalism**. London: Sage, 2010.

CRYSTAL, David. **Inglês como língua global**. Tradução de Maria Lucia Balthazar. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CUBAN, Larry. **Oversold and Underused: Computers in the Classroom**. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

DAVID, Makosa Tomás. **As línguas angolanas: resistência e a cosmovisão do poder angolano no mundo**, Mandinga - Revista de Estudos Linguísticos. Redenção-CE, v. 07, n. 02, p.07-21, 2023.

FANON, Frantz. **Peau noire, masques blancs**. Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana** - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

NEW LONDON GROUP. **A pedagogy of multiliteracies: designing social futures**. Harvard

Educational Review, v. 66, n. 1, p. 60-92, 1996.

HALL, Stuart. **Representation: Cultural representations and signifying practices**. London: Sage, 1997.

JENKINS, Henry. **Convergence Culture: Where Old and New Media Collide**. New York: New York University Press, 2006.

KELLNER, Douglas; SHARE, Jeff. **Educação para a Leitura Crítica da Mídia: Transformando o Consumidor em Criador**. São Paulo: Cortez, 2019.

KLEIMAN, Angela B. **Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna**. *Signo*, v. 32, n. 53, p. 1-25, 2016

KRESS, Gunther. **Multimodality: A Social Semiotic Approach to Contemporary Communication**. London: Routledge, 2003.

LANDOW, George P. **Hypertext 3.0: Critical Theory and New Media in an Era of Globalization**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1997.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva: Por uma Antropologia do Ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 1998.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIVINGSTONE, Sonia. **Children and the Internet: Great Expectations, Challenging Realities**. Cambridge: Polity Press, 2009.

NASCIMENTO, Gabriel. **A linguagem como zona do não-ser na vida de pessoas negras no sul global**. *Gragoatá, Niterói*, v. 28, n. 60, e-53299, jan.-abr. 2023

NELSON, Ted. **Literary Machines**. Sausalito: Mindful Press, 1981.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algoritmos de Opressão: Como os Motores de Busca Reforçam o Racismo**. São Paulo: Politéia, 2021.

ORLANDO, Rosimeire; FERREIRA, Helenice. **Letramento digital crítico: desafios e possibilidades**. *Revista X*, v. 1, p. 45-62, 2013

PARISER, Eli. **The Filter Bubble: What the Internet Is Hiding from You**. New York: Penguin Press, 2011.

PENNYCOOK, Alastair. **Global Englishes and Transcultural Flows**. London: Routledge, 2007.

PHILLIPSON, Robert. **Imperialismo linguístico**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo:

Parábola Editorial, 2002.

ROJO, Roxane. **Escola conectada: Os multiletramentos e as TICs**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTAELLA, Lúcia. **Neo-humano: a sétima evolução cognitiva do sapiens**. São Paulo: Paulus, 2022.

SANTOS, Edméa. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Teresina: EDUFPI, 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SELWYN, Neil. **Education and Technology: Key Issues and Debates**. London: Continuum, 2011.

SELWYN, Neil. **Reconsidering Political and Popular Understandings of the Digital Divide**. *New Media & Society*, v. 6, n. 3, p. 341-362, 2004.

SILVA, Tarzício. **Racismo Algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais**. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?**. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

STREET, Brian V. **What's "New" in New Literacy Studies? Critical Approaches to Literacy in Theory and Practice**. *Current Issues in Comparative Education*, v. 5, n. 2, p. 77-91, 2003.

VAN DIJK, Jan A. G. M. **The Network Society: Social Aspects of New Media**. 2nd ed. London: Sage Publications, 2006.

WARSCHAUER, Mark. **Technology and Social Inclusion: Rethinking the Digital Divide**. Cambridge, MA: MIT Press, 2003.

NOTA SOBRE A AUTORIA

Makosa Tomás David: Concepção e idealização da pesquisa; Definição da metodologia e dos objetivos do estudo; Redação da primeira versão do manuscrito.

Maristela Midlej Veloso: Revisão crítica da literatura; Contribuição na elaboração do manuscrito; Sugestões e ajustes na metodologia; Aprovação da versão final do artigo.

REVISÃO DO ARTIGO

Maristela Midlej Veloso: Revisão e correção do manuscrito.

NOTA SOBRE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Declaramos que não foi feito uso de inteligência artificial para a criação deste artigo.

Recebido em: 14/03/2026

Parecer em: 20/04/2026

Aprovado em: 06/05/2026